

## **“O FASCISMO NOSSO DE CADA DIA NOS DAI HOJE”: Os Estados novos brasileiro e português**

### **“OUR EVERY DAY FASCISM GIVES US TODAY”: The Brazilian and Portuguese New States**

Rogata Soares del Gaudio<sup>1</sup>

#### **Resumo**

A intenção desse texto é discutir algumas características dos Estados Novos implantados em Portugal e no Brasil no primeiro terço do século XX. Essa discussão é parte de minha pesquisa de Pós-Doutorado em Geografia Humana realizada na Universidade de São Paulo e supervisionada pelos Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto e Prof. Dr. João Carlos Garcia (Universidade do Porto/Portugal), que procurou analisar os livros didáticos de Geografia produzidos e utilizados no período em tela, nesses dois estados nacionais. Uma das questões tratadas na pesquisa se refere à discussão a respeito do fascismo clássico e suas “variantes” em especial, o brasileiro e o português, cuja discussão apresento em parte. Metodologicamente utilizo a perspectiva comparada, conforme Therborn (2006) e Musiedlak (2007), para investigar as proximidades e diferenças entre os Estados Novos entre si e em relação ao fascismo implantado em Itália e Alemanha, na primeira metade do século XX.

**Palavras-chave:** fascismo clássico; estados novos; “variantes fascistas”;

#### **Abstract**

The aim of this text is to discuss some characteristics of the Estado Novo installed in Portugal and Brazil in the first forty years of the 20th century. This discussion is part of my post-Doctoral research in Human Geography carried out at the University of São Paulo and supervised by Profs. Manoel Fernandes de Sousa Neto and João Carlos Garcia (University of Porto/Portugal), that sought to analyze the Geography textbooks produced and used in the period in question, in these two nation states. One of the issues addressed in the research refers to the discussion about classical fascism and its “variants”, in particular, Brazilian and Portuguese, that are discussed in part. Methodologically, I use the comparative perspective, according to Therborn (2006) and Musiedlak (2007), to investigate the proximities and differences between the Estados Novos among themselves and in relation to fascism implemented in Italy and Germany, in the first half of the 20th century.

**Keywords:** classical fascism; “Estados Novos”; “fascist variants”;

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. Do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia – IGC/UFMG; Pós Doutora em Geografia Humana – USP e-mail: rogatasoares@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O período do entre guerras, na Europa, foi marcado por um crescimento exponencial de regimes autoritários, alguns clara e marcadamente fascistas como Itália e Alemanha – fascismo clássico. Outros, embora possam ser considerados também como estados fascistas, apresentavam algumas diferenças em relação ao chamado fascismo clássico – casos de Áustria e Portugal, onde, para muitos autores, havia um forte corporativismo (Botz, 2016; Ferreira e Cardoso, 2016; entre outros).

Em Portugal, a partir de 1926 ocorreu um golpe de estado que pôs fim à república democrática e instaurou um regime autoritário que se estendeu até 1974. Além de autoritário, foi um período considerado como fortemente nacionalista, que perseguiu qualquer oposição e ao mesmo tempo, buscava o controle das mentes e dos corpos com intensa vigilância e controle de instituições como escolas, universidades, imprensa e variadas manifestações culturais.

O Brasil também teve, a partir de 1937, a instauração de um regime autoritário que se estendeu até 1945 e foi marcado por aspectos como o antissemitismo, a perseguição à oposição, um forte nacionalismo, reestruturação do sistema escolar público, forte controle da imprensa e vigilância de diversas instituições e manifestações culturais.

Assim, as questões que proponho discutir dizem respeito às características do fascismo clássico e sua influência no Brasil e em Portugal, bem como as similitudes e diferenças entre esses dois Estados autoritários entendidos como “variantes fascistas”.

## **CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FASCISMO CLÁSSICO E SUAS VARIANTES**

Neste artigo, tomo como referência textos que abordaram o fascismo ponderando suas manifestações denominadas como “clássicas” e suas possíveis variantes, ou melhor dizendo, estados nacionais que estiveram diretamente sob influência daquele movimento. Segundo Bernardo (2015), o fascismo foi vencido na II Guerra Mundial, mas não perdeu nem sua importância histórica, tampouco foi definitivamente derrotado. Nas palavras deste autor, “o fascismo é ainda hoje uma realidade em suspenso. Ele foi destituído militarmente sem estar política e ideologicamente esgotado” (Bernardo, 2015, p. 8).

Entendo, conforme este autor, que o fenômeno fascista persiste na atualidade como ameaça efetiva e insufla egos, paranoias, medos, justificando ações e governos que aproveitam da grave instabilidade econômica, fragilização social, ou se preferirmos, dessa profunda crise do capitalismo

para implantar uma agenda que ataca todos os trabalhadores e dissolve toda sociabilidade possível. Assumo aqui o recorte do fascismo e não do totalitarismo por compreender que este fenômeno não se reporta à forma do Estado, mas à sua estrutura essencialmente burguesa – e ao imperialismo.

O fascismo é considerado um fenômeno do século XX e, de acordo com Paxton ([2004] 2007, p.15), a palavra:

foi cunhada por Mussolini para descrever o ‘estado de ânimo’ de um bando de soldados que haviam retornado da I Guerra Mundial” e deriva de “fascio”, feixe ou maço que remete ao fasces romano, “machado cercado com um feixe de varas que era levado diante dos magistrados, nas procissões públicas romanas (PAXTON, [2004] 2007: 14).

De qualquer modo, a analogia aqui é clara: o fascismo conclama à união e denota poder. Abordar o fascismo implica também em retomar algumas de suas definições e discussões teóricas no campo das ciências humanas. Segundo Salomon apud Bernardo (2015), parte dos historiadores e mesmo da intelligentsia fascista o entendia como “renovação da ideia de Estado, que seria revolucionária nos métodos, mas conservadora na natureza” (SALOMON, 1993, *apud* BERNARDO, (2015, p. 13); logo, o “fascismo seria uma revolução conservadora”, capaz de “mobilizar os trabalhadores para efetuar uma revolução capitalista contra a burguesia, ou talvez mais exatamente, apesar da burguesia” (*idem*, p. 14).

Esse fenômeno, embora imediatamente associado à Itália e à Alemanha no primeiro terço do século XX, se estendeu a diversos outros estados nacionais do período, porém, não exatamente do mesmo modo, replicando as mesmas características, processos e procedimentos – o que me permite usar a expressão “variantes do fascismo” com base na literatura consultada para me referir mais especificamente a Brasil e Portugal nas décadas de 1930/40.

Umberto Eco afirmou que “o fascismo foi certamente uma ditadura (...), nem tanto pela sua brandura, mas antes, pela debilidade filosófica de sua ideologia” (2018: s/p – e-book). Qual significado quer Eco sublinhar com essa expressão? Um aspecto muito utilizado na literatura para aludir ao fascismo clássico e suas variantes é aquele que se refere ao fato de que não há uma ideologia fascista, mas várias, inclusive conflitantes e contraditórias internamente.

Para diversos teóricos (BERNARDO, 2015; ECO, 2018; PAXTON 2007; entre outros) o fascismo não é um corpo de teorias racionalmente organizadas; ao contrário, agrega concepções tão díspares quanto a máxima de “fazer a revolução dentro da ordem, para evitar que ela seja feita na desordem” – uma frase clássica de António Salazar.

No entanto, a despeito de muitos teóricos considerarem como fragilidade teórica essa ausência de “uma ideologia fascista”, eu a considero, na verdade, sua grande força ideológica. Isso porque ao congregiar ideias e concepções díspares, ocorre a construção de uma coesão profunda entre seus adeptos. Por meio da mobilização de seus desejos mais íntimos, seus ressentimentos e suas crenças - embora todas se inscrevam na materialidade das sociedades – se constituem bandos que agregados, expressam força política, disseminam o medo e sustentam os governos fascistas.

Os fascismos clássicos e suas variantes foram (e ainda são) capazes de mobilizar os sentimentos humanos para o agir “em manada”, sustentar forte coesão interna entre seus membros e, concomitantemente, realizar ações políticas extremamente coordenadas externamente.

A capacidade de interpelação dos fascismos é tão arraigada nos S(s)ujeitos (respectivamente submetidos e qualificados por eles), que estes sustentam suas crenças mesmo quando existem provas de sua inconsistência e inverdade. E aqui é possível verificar outra característica comum aos fascismos clássicos e suas variantes: o irracionalismo, que por meio de uma bem articulada, racional e tecnicamente bem elaborada propaganda, mobiliza os S(s)ujeitos para a luta – conservadora, quiçá reacionária.

Penso que esse irracionalismo é aparente, na medida em que objetivamente, os fascismos correspondem a projetos de tomada efetiva do poder político e controle social. E que foram (e ainda são) incontestavelmente, significativamente eficazes. Esse irracionalismo como ideologia se materializa no anti-intelectualismo, na negação da ciência, na perseguição aos intelectuais e artistas, assaz seletivos: são perseguidos, exilados, aprisionados ou assassinados apenas aqueles que se opõem ao fascismo. Portanto, é um “irracionalismo” com “afinidades bastante eletivas”. Ou na definição trazida por Lincoln Secco no curso “Fascismo ontem e hoje”, o fascismo pode ser entendido como “uma técnica racional e oportunista de mobilização daquilo que há de irracional nas massas em um momento de crise, na era do imperialismo”.

De modo geral, as análises sobre o fascismo permitem compreendê-lo a partir de sua instauração muito bem-sucedida na Itália e Alemanha, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, designados em geral como “fascismo clássico”.

Nesses dois estados nacionais, os processos de construção, ascensão e declínio dos fascismos foram exaustivamente analisados por variados autores desde, pelo menos, as décadas de 1920/30. Isso significa dizer que a bibliografia sobre o tema é extremamente vasta, comportando desde avaliações de viés mais economicista até aquelas que o articulam, ou melhor, o entendem como totalitarismo. Isso implica em deixar claro que fiz um recorte teórico já de antemão, no

imenso volume de obras e autores que se esforçaram, ao longo do tempo, em melhor esclarecer e compreender esse regime.

Segundo Thalheimer (2010) e Tasca (2000), os aspectos comuns à ascensão do fascismo na Itália e Alemanha concernem a uma profunda crise econômica associada a uma aguda instabilidade política. Essa se agravava a partir do crescimento dos partidos socialistas e da suposta proximidade de uma “revolução proletária” – traduzida até hoje como “perigo vermelho”, “perigo comunista” e outras congêneres. E o “perigo comunista” como propaganda em favor dos regimes de exceção foi uma característica comum à Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Brasil nas décadas de 1930/40.

A argumentação aclarada aqui ressalta uma característica comum aos fascismos e suas variantes no passado - por meio dos processos de fascistização - que é justamente a dimensão do anticomunismo; ou do uso da ameaça comunista (medo) como justificativa para a imposição de regimes ou visões sociais de mundo autoritárias. Friso: essa característica perpassou muitos estados nacionais europeus nas décadas de 1930 e 1940, bem como o Brasil.

Destaco outra importante dimensão dos fascismos: eles correspondem necessariamente a estados autoritários e, não necessariamente afirmo que todo estado autoritário seja obrigatoriamente fascista. Essa distinção é elaborada por Nicos Poulantzas (1972), para quem o Estado fascista é especificamente uma forma que assume o Estado capitalista de exceção. Logo, o estado fascista é um tipo de estado de exceção, assim como a ditadura e o bonapartismo, mas atrelado a uma profunda crise política.

Essa dimensão da crise política será um aspecto comum em abordagens a respeito do fascismo elaboradas por outros autores, cujas referências não necessariamente correspondem àquelas usadas por Poulantzas. Todavia, há uma confluência entre vários teóricos consultados quanto a essa relação entre fascismo, crise do capitalismo e imperialismo. E se este elemento está relativamente “ausente” na retórica do governo brasileiro da época, foi imprescindível para a retórica do governo salazarista.

Em relação à ideologia fascista, Pachukanis considera que está se caracteriza, precisamente por seus traços não filosóficos: “primitivismo, uma variedade de apropriações – daí o caráter de mosaico – e, finalmente, a contradição” (PACHUKANIS, 2020, p. 27). De acordo com este autor, “lugar de destaque na ideologia fascista ocupam o poder forte, a disciplina e a ordem” (idem. p. 28, destaques meus). São ainda características ideológicas atribuídas ao fascismo por Pachukanis (2020, pág. 28, inserção minha), “a acentuação da praticidade e do dinamismo, o desprezo pelas doutrinas e pelos princípios [democráticos, relativos à revolução francesa como os direitos dos cidadãos,

etc.]”. Como negar, diante dessas características, a aproximação dos governos Vargas e Salazar a esses princípios, se em ambos são claramente as palavras ordem e disciplina – que se materializaram nas ações – que demarcaram aqueles dois regimes e governos?

Penso que para compreender o fascismo seja necessário sopesar as dimensões econômica, o “estádio da luta de classes” (inclusive entre as “frações de classe”), as derrotas dos partidos comunistas e dos trabalhadores, o imperialismo, a ideologia e a dimensão jurídico-política nas variadas formações nacionais que o vivenciaram. Assim, embora o fascismo tenha uma ideologia “primitivista, de mosaico e contraditória”, não é fenômeno “simples”, justamente por seu imenso apelo emocional e mobilizador das massas, por suas ações econômicas, ideológicas e imperialistas, pela importância do corporativismo e por ter sido “derrotado pela guerra, mas não ideologicamente”.

Portanto, não defendo que o fascismo, para “ser fascismo”, tenha que ser idêntico ao italiano e alemão. Ao contrário, assinalo que é possível evidenciar traços que aproximam variados estados nacionais que, nas décadas de 1930/40, incorporaram esses “traços” do fascismo como regime e forma de governo em suas ações internas e externas.

## **BRASIL E PORTUGAL DOS ANOS 1930/40: CORPORATIVISMO E CONTROLE IDEOLÓGICO**

Eu optei por aprofundar esse tópico em razão da falta de consenso entre os pesquisadores e teóricos acerca da “natureza” dos Estados Novos brasileiro e português. Para o Brasil, o período Vargas é apontado como uma ditadura com matizes fascistas por diversos teóricos (PANDOLFI, 1999; D’ARAÚJO, 1999; SCHIAVON, 2007, entre outros), e similarmente para Portugal, não é muito diferente (Bernardo, 2015; Torgal, 1989; Mónica, 1978; Avelãs Nunes, 2000, entre outros).

Portugal e Brasil constituíram Estados Corporativos, que em conformidade com Martinho e Costa Pinto (2016) e Martinho e Pinto (2007) teve, no governo austríaco da época, seu melhor exemplo institucional. O corporativismo foi uma característica que assinalou profundamente todos os regimes fascistas, que fossem os clássicos (Itália e Alemanha), quer suas variantes, dentre as quais Portugal e Brasil. Dentre as características principais do corporativismo destacam-se a crença na natureza orgânica da sociedade em oposição à divisão e aos conflitos entre as classes sociais, e o pressuposto da organização da sociedade em câmaras corporativas de modo a possibilitar as negociações e consensos entre os diferentes atores. O Estado (e os governos) agindo “em favor do bem coletivo da nação, do povo, da pátria” - representação puramente discursiva e ideológica -,

teve acentuados seus efeitos práticos, pois os trabalhadores também deveriam ter essa crença e esse exercício como valor. Ambos os estados novos ansiaram a governança com base em conselhos corporativos, porém estes submetidos ao poder do governante.

O corporativismo se fez presente política, econômica e ideologicamente nos dois Estados Novos, ainda que em ambos, seja notória a inexistência efetiva de um partido fascista de massas na vigência dos governos varguista e salazarista. No Brasil e em Portugal, a faceta da “comunidade” se substancializou na ideia de “povo” e para este, foram escolhidos “modelos verdadeiros” do caráter nacional. Em Portugal, esse caráter foi mais bem expresso por uma concepção “mítica” do passado glorioso, do campo e do rural – aliás, bastante distante da dureza do trabalho agrícola e do lugar social reservado aos camponeses pela elite lusitana. Para essa elite era preferível o camponês dócil e analfabeto aos perigosos trabalhadores urbanos (Mónica, 1978). Daí o fato de, ideologicamente, esse camponês representar o “modelo do homem português” por excelência. E no Brasil, o “caráter pacífico, cordial e ordeiro” do povo foi ressaltado, renovado e reiterado como atributos e valores positivos dos brasileiros enquanto uma “comunidade de iguais” que “partilha um passado e um território comuns”, aos quais devem defender com “fé” e “civismo”:

Outro aspecto comum entre os dois estados novos reporta-se ao quadro que levou ao ascenso dos estados autoritários de Salazar e Vargas, que se relacionam, além da crise ocasionada pela I Guerra e do efeito econômico da Quebra da Bolsa de Nova Iorque, ao desequilíbrio das balanças comerciais; das finanças internas; da questão colonial (Portugal) e da industrialização/modernização capitaneada pelo Estado (Brasil).

O Estado assumiu, na Era Vargas, a função de sustentar e (investir) na transição do Brasil de “país agrário-exportador” para “país industrializado”, com todos os limites dessa industrialização dependente. O estado varguista reorganizou as oligarquias internas no Brasil, facultando-lhes a continuidade de seu processo de acumulação e manteve sua condição de sócia menor do capital internacional. Assim, assegurava inclusive, a “paz interna e a ordem” rumo ao progresso, por meio do cooptação ou do silenciamento dos sindicatos de trabalhadores.

O Estado intervencionista de Salazar em Portugal não assumiu as mesmas prerrogativas modernizantes de Vargas, porém, aumentou o domínio e a pressão sobre seu “império colonial”. A manutenção desse império foi, inclusive, elemento que retroalimentou o regime do estado novo salazarista. Ideologicamente a posse de “um vasto império colonial” permitia situar Portugal junto das demais potências imperialistas europeias da época, em especial Inglaterra, França e Bélgica. Economicamente, serviu de aporte à economia lusitana, uma vez que Portugal atuou, muitas vezes,

como entreposto para as mercadorias que vinham das colônias para serem comercializadas na Europa.

Em relação à propaganda, controle ideológico e cultural, para o Brasil, conforme Capelato (1999), o estado varguista favoreceu fortemente a fração do bloco no poder representada pelo capital financeiro e industrial e controlou fortemente os sindicatos dos trabalhadores, além de ter criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação e Saúde pública e Saúde. O DIP foi responsável por disseminar os ideais do Estado (e do “Homem”) novo em escala nacional. Para Portugal, além da dimensão colonial, é possível observar a ação sobre as universidades, escolas e bibliotecas. Cunha (2006, p. 191) afirma que entre 1932 e 1933, “assistimos à publicação no Diário do Governo de múltiplos estatutos e normativos de regulamentação de escolas e faculdades, à criação e reforma de muitos lugares, mas também de várias instituições de educação e cultura”, concedendo, assim, “particular atenção à doutrinação ideológica” (id. *Ibid.*).

Apesar dessas confluências, os dois estados novos se diferenciaram dos fascismos clássicos em amplos aspectos. Um deles está afeito justamente ao fato de, em nenhum desses dois estados nacionais, ter existido um “partido fascista”. Nas décadas de 1930-40, Brasil e Portugal vivenciaram a organização de grupos integralistas fortemente influenciados pelos ideais fascistas, mas que não se constituíram nem em partido, nem em aparelho de repressão dos dois regimes. A coerção foi praticada, em ambos, por meio do próprio aparelho repressivo de Estado. Mais que isso, ao acederem ao poder, tanto Vargas quanto Salazar enfraqueceram e desmantelaram os grupos integralistas – que os apoiaram em seu caminho rumo ao controle dos respectivos aparelhos de estado. Isso não significa, entretanto, que a derrota desses grupos, com a ascensão de Salazar e Vargas ao poder em Portugal e Brasil implicasse no rompimento ou afastamento de práticas e concepções derivadas do fascismo ou mesmo, que os “ideais” desses grupos tenham sido destruídos. A título de exemplo cabe destacar que Plínio Salgado, um dos maiores expoentes do integralismo no Brasil, atuou como deputado federal, pela ARENA, até a década de 1970.

Em ambos, constata-se a existência de Polícias Políticas, mas que atuavam a partir do Estado, e não, a partir de milícias que tomaram o Estado. Na Itália e Alemanha, ao contrário, fundaram-se as milícias – depois convertidas em partidos -, e estas antes mesmo de tomarem o Estado, disseminaram o terror, as perseguições e assassinatos, que prosseguiram quando o partido fascista tomou o poder de Estado.

De acordo com MUSIEDLAK (2007, pp. 350-351, destaques meus), o autoritarismo, comum aos dois estados novos, também diferiu, uma vez que:

O regime de Salazar definido pela Constituição de 1933 teve um aspecto de regime “autoritário institucionalizado” (...) **dominado pela figura onipresente de Oliveira Salazar**. O regime na verdade formou-se a partir do alto, com uma vontade, claramente demonstrada, de reconstruir a sociedade **numa perspectiva defensiva, por meio de um programa de recristianização**. (...) Da mesma forma, nascida de um golpe político e militar em 1937, a ditadura inaugurada por Getúlio Vargas buscou impor-se no país **por meio de uma cultura que conciliava estado forte e modernidade**. (...) Do positivismo de sua formação republicana inicial, Getúlio Vargas conserva uma forma de agnosticismo no plano religioso.

Nesse ponto, o regime salazarista diferiu não apenas do Brasil, mas inclusive dos fascismos clássicos, em especial do alemão, cujo acento da ideologia pequeno-burguesa (POULANTZAS, 1972) foi assinalado por forte anticlericalismo. Outra diferença central entre ambos se relaciona ao tipo de projeto político e econômico implantado no Brasil de Vargas (modernização do território) e no Portugal de Salazar (“império colonial”).

Em comum com os fascismos clássicos, os regimes de Portugal e Brasil construíram fortes apelos ao chauvinismo e ao nacionalismo exacerbado. No entanto, para Portugal, essa dimensão se associou à valorização seletiva de determinados momentos da história, em especial as navegações e descobrimentos; a libertação dos mouros (“momento fundacional”); o fim do Pacto Ibérico e o império colonial, que equiparava esse estado nacional às demais potências europeias. E para o Brasil, ancorada na perspectiva da “modernização”, foram valorizadas a dimensão territorial, seu potencial ainda pouco conhecido/explorado (riquezas), a crença no “país do futuro” (de preferência, grandioso, que aguarda logo ali na frente) e a certeza da “democracia racial”.

Além disso, o fascismo é fulcralmente racista. Como isso se manifestou em relação aos estados novos brasileiro e português? A “questão judaica” de certo modo, estava “resolvida” em Portugal (RAMOS (2015; TORGAL,1989; entre outros) pelo menos, desde os séculos XIV e XV, quando os judeus foram caçados, exilados ou obrigados à conversão em terras lusitanas. A expulsão moura foi acompanhada posteriormente pela perseguição sistemática a esses grupos. Portanto, para Portugal, a dimensão do antissemitismo no período salazarista foi relativamente menos impactante. A reafirmação da superioridade portuguesa sobre os povos coloniais afixou-se à concepção da “civilização” – afinal, Portugal era europeu, logo, civilizado -, a qual os portugueses deveriam levar, junto com a religião, para os povos “incivilizados, incultos, bárbaros e selvagens” em suas colônias.

Para o Brasil, ao contrário, a questão do estrangeiro se converteu em um problema a ser resolvido no contexto nacional, uma vez que desde o final do século XIX, aqui aportaram milhares de imigrantes, a maioria de origem europeia, mas também asiáticos como os turcos, armênios, sírios, libaneses e japoneses. Assim, o período do Estado Novo se caracterizou não apenas por um

antisemitismo que se manifestava na seleção de imigrantes “desejáveis” e na criação e exclusão dos grupos “indesejáveis” – dentre os quais, os judeus e mesmo os japoneses (Lacerda, 2016) – mas também em certa perseguição “velada, pero no mucho” a esses grupos, da qual o exemplo mais cabal corresponde ao aprisionamento e extradição para a Alemanha de Olga Benário Prestes, executada pelos nazistas. Durante a vigência do Estado Novo brasileiro foram implementadas diversas leis de controle do número de imigrantes (cotas de imigração), nacionalização das escolas estrangeiras das colônias alemãs e italianas, imposição do ensino obrigatório da língua portuguesa em toda e qualquer instituição escolar, entre outras medidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os regimes de Vargas e Salazar, ainda que de modos bastante distintos, foram implantados na sequência de crise das respectivas democracias liberais e pautaram o primado da disciplina e da ordem, da obediência ao chefe e do respeito à hierarquia. Essas prevaleceram por dentro tanto dos aparelhos de Estado, quanto mediando as relações sociais. Em ambos, o corporativismo foi o caminho para a “conciliação entre as classes” de modo a garantir o processo de acumulação das classes dominantes e, nas frações desta, daquela associada ao capital financeiro (e industrial, para o Brasil).

Os dois Estados Novos tiveram suas “polícias políticas”; os dois estados novos prezavam a “ordem”; os dois estados novos buscaram controlar forte e ideologicamente a cultura, a educação e as suas sociedades por variados mecanismos de interpelação, práticas e aparelhos que, se não existiam, foram criados ou “reformados”. Ademais, os dois estados novos garantiram a hegemonia de uma fração da classe dominante sobre as outras frações da classe dominante e silenciaram ou cooptaram os trabalhadores; emudeceram, perseguiram e exilaram as oposições, desmantelaram os partidos comunistas – e ainda os próprios integralistas enquanto grupo. Os dois se posicionaram diante do imperialismo da época, ou por inação consentida, de modo a manter seu domínio colonial (Salazar) ou por alinhamento cada vez mais explícito aos “vencedores da guerra”, em especial aos EUA (Brasil).

As décadas de 1930 e 1940 se destacaram ainda por intensas mudanças na “ordem mundial”, com os países europeus se deslocando para um plano secundário, ainda que localizado no centro, e a primazia crescente dos Estados Unidos e da União Soviética como “atores” centrais dessa “nova ordem” – que se afirma em definitivo após a II Guerra (1940-1945). Isso se fez

presente, em ambos, por um alinhamento aos Estados Unidos, ainda que menos forte em Portugal, e um profundo anticomunismo em ambos.

Naquele contexto, se acentuou no Brasil a influência estadunidense na economia, na política e ideologicamente, tendo sido assinados diversos acordos em vários campos, como na indústria de base, energia e educação. No entanto, apesar de esses acordos possibilitarem o crescimento da economia brasileira, não alteraram a posição secundarizada – na verdade, periférica – do país no contexto da Divisão Internacional do Trabalho – como também não alteraram os processos e mecanismos de dominação e exploração sobre os trabalhadores.

Em relação à Portugal, se os vizinhos europeus perderam a “liderança” na ordem mundial para os EUA e a URSS, inclusive com a acelerada perda dos territórios coloniais após a II Guerra, isso não necessariamente caracterizou o “Portugal de Salazar”. Em razão da “neutralidade” adotada e da cessão de algumas ilhas para os Aliados durante aquele conflito, o Estado Novo conseguiu se manter até meados da década de 1970, bem como manteve até aquele período, seu império colonial. Assim, os dois estados nacionais tiveram atuações distintas em relação às posições que ocupavam na Divisão Internacional do Trabalho. Mas ambos souberam construir “políticas de ganho” frente às mudanças geopolíticas que se operavam no contexto global naquele contexto.

Por fim, mas não menos importante, no Brasil e em Portugal é possível observar uma articulação “dos de cima com os do meio, contra os de baixo”. Em Portugal, ganharam os proprietários rurais, os comerciantes, a oligarquia, os colonialistas e a igreja, que inclusive, retornou às escolas, mesmo públicas. No Brasil, beneficiaram-se as oligarquias, os industriais, e consolidou-se a primazia do capital financeiro.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

AVELÃS NUNES, João Paulo. Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado. **Revista Portuguesa de História**. T. XXXIV, 2000. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12810/1/Jo%C3%A3o%20Paulo%20Avel%C3%A3s%20Nunes%2034.pdf>. Acesso em 16 abr. 2020.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo na encruzilhada da ordem e da revolta**. Porto: Afrontamento, 2003. (2ª. versão ampliada 2015).

BOLTZ, Gerhard. “Estado corporativo” e ditadura autoritária: a Áustria de Dollfuss e Schuschnigg (1933-1938). In: COSTA PINTO, António; MARTINHO Francisco P. (Orgs.). **A vaga**

**corporativa – corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina.** Lisboa: ICS, 2016, págs. 61-100.

CAMPOS, Sandro M. **A formação das mentes colonialistas: O discurso colonial no ensino liceal do Estado Novo (1954-1974).** Dissertação. Mestrado em História Contemporânea. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 2012. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=27947](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=27947) Acesso em 15 ago 2020.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CHAUÍ, Marilena de S. **Brasil: mito fundador e sociedade** autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTA PINTO, António; MARTINHO, Francisco P. (Orgs.) **A vaga corporativa – corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

CUNHA, Paulo F. da. Da Constituição do Estado Novo Português (1933). **História Constitucional (Revista Electrónica)**, n. 7, 2006, pp. 187-207.

D’ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas.** Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEL GAUDIO, Rogata S. **Nação e coerção: os livros didáticos de geografia nos Estados Novos em Portugal e Brasil (1930-1945).** Relatório Científico de Pós-doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP (FFLCH), 2021.

ECO, Umberto. **Fascismo Eterno.** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, [1995] 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

FERREIRA, Nuno; CARDOSO, José L. A Câmara Corporativa e o Estado Novo em Portugal (1935-1974): competências, interesses e políticas públicas. In: COSTA PINTO, António; MARTINHO Francisco P. (Orgs.). **A vaga corporativa – corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina.** Lisboa: ICS, 2016, pp. 101-128.

LACERDA, Maria Lana M. de. **“Súditos do mal”: o cotidiano de repressão policial sobre os alemães em Pernambuco.** (Dissertação). Mestrado em História. Recife: UFPE, 2006.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social – elementos para uma análise marxista.** 15ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2002.

MANDEL, Ernest. **El fascismo.** Tradução para o espanhol: Patrícia Menezes Orozco. 2ª ed. Madrid: Ediciones AKAL, 2011.

MARTINHO, Francisco C. P.; PINTO, António C. (Orgs.). **O corporativismo em português – Estado Política e sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MÓNICA, Maria F. **Educação e sociedade no Portugal de Salazar – a escola primária salazarista (1926-1939)**. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

MUSIEDLAK, Didier. Conclusão. In: MARTINHO, Francisco C. P.; COSTA PINTO, António. **O corporativismo em português – Estado, Política e Sociedade no salazarismo e no varguismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 347-359.

NETO, Vítor. Carneiro Pacheco e a escola – o regresso de Deus. In: TORRAL, Luís R.; RIBEIRO, Maria M. T. (et.al.) (Orgs) **Tempo e História. Ideias e políticas**. Lisboa: Almedina, 2015, pp. 549-563.

PACHUKANIS, Evguiény B. **Fascismo**. Tradução Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, [1926-33] 2020.

PACHUKANIS, Evguiény B. **Teoria geral do Direito e do Marxismo**. Tradução Sílvia Donizete Chagas. São Paulo: editora Acadêmica [1924], 1988.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Em nome da segurança nacional: os escritores na mira da polícia. **Revista Crítica Histórica**, Ano II, n. 3, jul. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/section/12/EmNomeDaSegurancaNacional.pdf> Acesso em 10 jan 2021.

PANDOLFI, Dulce (Org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, [2004] 2007.

PENA-RODRIGUES, Alberto (et.al.). **A guerra da propaganda – Portugal, Brasil e a guerra civil de Espanha: imprensa, diplomacia e fascismo**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2014.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura – a III Internacional face ao fascismo**. (Vol.s. I e II). Tradução de João G. P. Quintela e de M. Fernanda S. Granado. Porto: Portucalense editora, [1971] 1972.

RAMOS, Rui (org.); SOUZA, Bernardo V. e; MONTEIRO, Nuno G. **História de Portugal**. 8ª ed. Lisboa: A Esfera dos livros, [2009] 2015.

SCHIAVON, Carmem G. B. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Tese. Doutorado em História. Porto Alegre: PUC RS, 2007.

SALOMON, Ernst von. **Le questionnaire**. Paris: Gallimad, 1993.

SECCO, Lincoln. **Introdução – o que é o fascismo**. Curso Fascismo ontem e hoje: entender para derrotar. Ofertado pela Fundação Perseu Abramo e disponível no site: <https://fpabramo.org.br/>

TASCA, Angelo. **El nacimiento del fascismo**. Barcelona: Crítica, 1967] 2000.

THALHEIMER, August. **Sobre o fascismo**. (Org. Orlando Miranda e Sérgio Antão Paiva). Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, [1930] 2010.

THERBORN Göran. **Sexo e poder – a família no mundo** (1900-2000). Tradução: Elisabete Dória. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. Tradução para o espanhol: Eduardo Terrén. 3ª ed. Cidade do México: Siglo Veintuno editores. 1991.

TORGAL, Luís R. **História e ideologia**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.